

O presente número da Saúde, Ética e Justiça traz contribuições importantes para os diversos temas abarcados pela área de interesse da nossa revista.

Aspectos históricos da Medicina Legal no Brasil são expostos em dois artigos. Em “Medicina Legal, Criminologia e punição: aspectos da trajetória intelectual e profissional de Flamínio Fávero”, Marcos César Alvarez, Fernando Salla e Kelly Ludkiewicz Alves fazem uma exposição da trajetória intelectual de Flamínio Fávero. E, em “A institucionalização da Medicina Legal no Brasil”, de Ivan Dieb Miziara, Carmen Sílvia M.G. Miziara e Daniel Romero Muñoz, a história da criação e da implementação da disciplina é retomada.

No que tange à bioética, o artigo “A questão da terminalidade”, de Mauro Hilknner e Regiane Rossi Hilknner, traz uma discussão a respeito de conflitos relacionados ao atendimento de pacientes irreversivelmente enfermos internados em Unidades de Terapia Intensiva. Os autores expõem que as dificuldades relacionadas às condutas envolvem, além dos aspectos técnicos, questões relativas à ética, às crenças, e à alocação de recursos na área da saúde.

Marcos de Almeida, em seu texto “Quais rumos da bioética”, demonstra sua preocupação com o futuro da bioética chamando à atenção a atual tendência dos autores a se dedicarem a temas de maior repercussão midiática, em detrimento de outras questões importantes, que resultam relegadas.

Diferentes aspectos relacionados à perícia médica são abordados em três artigos. Em “A importância do laudo pericial médico na formação do entendimento do juízo: análise de casos de suposta má prática médica em cirurgia geral”, Lucas Pedroso Fernandes Ferreira Leal e Antonio Milagres fizeram um levantamento de laudos e decisões judiciais para avaliar a importância que o laudo pericial médico teve na formação do entendimento da autoridade judicial.

Partindo do questionamento das possíveis relações existentes entre fibromialgia e trabalho, tanto no que se refere aonexo causal, como no que diz respeito ao eventual prejuízo da capacidade laborativa decorrente do distúrbio, Clarissa Mari de Medeiros e colaboradores desenvolveram o estudo “Avaliação da capacidade laborativa em periciandos portadores de fibromialgia”.

Em “Avaliação pericial da embriaguez: legislação e aspectos práticos”, Luiz Lippi Rachkorsky, Talita Zerbini e Raquel Barbosa Cintra discutem, baseados em literatura científica, os elementos médico-legais que podem ser utilizados no exame clínico e as demais formas de constatação de embriaguez por ingestão aguda de álcool etílico. Tema especialmente importante para a redução de acidentes e para a segurança da população.

Boa Leitura!
Carla Júlia Segre Faiman